

OPERAÇÃO

PF prende presidente da Assembleia do Rio

O deputado é acusado de vazar informações que beneficiaram TH Joias

» VANILSON OLIVEIRA

O presidente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Rodrigo Bacellar (União), foi preso na manhã de ontem, durante a "Operação Unha e Carne" da Polícia Federal (PF). Ele é suspeito de vazar informações sigilosas da "Operação Zargun", que prendeu, em setembro, o então deputado estadual Thiego Raimundo dos Santos Silva, conhecido como TH Joias, acusado de ligação com o Comando Vermelho (CV).

Bacellar foi preso em casa, no condomínio de luxo, localizado na Barra da Tijuca, Zona Sul do Rio. De acordo com as investigações, o presidente da Alerj e TH eram muitos próximos e existem evidências de vazamento de informações. A operação foi batizada de "Unha e Carne", extatamente por conta dessa ligação tão próxima entre os dois. O presidente da Alerj é um dos políticos mais importantes do Rio de Janeiro e era considerado o possível sucessor do governador Cláudio Castro (PL), que deve se afastar para concorrer ao Senado Federal.

De acordo com as investigações da PF, Bacellar havia se comunicado com TH Joias horas antes da operação, orientando-o a se desfazer de objetos que o pudessem comprometer ou incriminar. Quando a polícia chegou ao local, o deputado não se encontrava, sendo preso em outro endereço. Em um dos trechos da representação da Polícia Federal, eles afirmam que "o deputado estadual Rodrigo Bacellar, presidente da Alerj, toma ciência prévia da ação policial, conversa com o principal alvo de tal ação e ainda o orienta sobre a retirada de objetos de interesse da persecução da residência".

Com a apreensão do celular de TH Joias e também do acesso ao sistema de monitoramento do condomínio e da casa do acusado, a polícia conseguiu provas para justificar a prisão do presidente da Alerj. Um software de última geração foi usado para analisar as imagens, capaz de identificar uma infinidade de ações e atividades, sem a necessidade de um operador

Reprodução/Redes sociais



Presidente da Alerj teria vazado informações da operação Zargun, que prendeu, em setembro, o deputado

analizando imagem por imagem.

A PF afirmou que a participação de Bacellar corroborou diretamente com o insucesso da "Operação Zargun". "A materialidade dos crimes e os robustos indícios de sua autoria estão inequivocavelmente comprovados pelas informações obtidas por meio da análise do CFTV e registros de entrada do Condomínio Mansões, bem como do conteúdo do aparelho celular apreendido sob a posse de TH Joias, os quais denotam que a atuação de Rodrigo Bacellar teve o condão de frustrar o sucesso da operação policial na apreensão de bens de interesse das investigações sub-jacentes", declarou a PF.

Outro trecho do documento diz que TH Joias enviou imagens do sistema de segurança de sua residência para Bacellar, além de compartilhar o número de contato sua advogada. 'No dia da operação, mais precisamente às 06:03h, a gravidade das interações vai além: TH envia para Bacellar a foto de um celular contendo as imagens do sistema de segurança

do imóvel objeto da busca, com a equipe policial desta Polícia Federal em seu interior, além de compartilhar com ele o telefone de sua advogada.'

TH Joias foi preso em setembro, por tráfico de drogas, corrupção e lavagem de dinheiro. Ele ainda é acusado de negociar equipamentos antídromes e armas de alto poder destrutivo, como fuzis, com o crime organizado. A PF confirmou ainda ligações do deputado com um delegado federal, policiais militares, entre outros agentes públicos. Logo após a operação policial, o partido MDB o expulsou da legenda.

Foram cumpridos um mandado de prisão preventiva e oito de busca e apreensão. A PF também cumpriu um mandado de medidas cautelares, que foi expedido pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O Correio entrou em contato com o gabinete de Rodrigo Bacellar, mas não obteve êxito.

A ação policial faz parte de uma decisão do Supremo Tribunal Federal, no julgamento da ADPF

635/RJ, conhecida como a "ADPF das Favelas", que estabelece que a PF conduza investigações detalhadas para apurar a atuação de grupos criminosos em atividade no Rio de Janeiro. Além de mapear a estrutura dessas organizações, o mandado do STF exige que a PF investigue suas conexões com agentes públicos, visando combater a corrupção e a infiltração institucional.

Na decisão que prendeu Bacellar, assinada pelo ministro do STF, Alexandre de Moraes, ele afirmou que as organizações criminosas vão além da disputa por territórios, eles também estão infiltrados em grupos políticos. "Uma das principais características das organizações criminosas atuantes no estado do Rio de Janeiro, além do domínio territorial mediane uso da força, e da capacidade de corromper agentes públicos e políticos em escala, é a infiltração política que tais grupos alcançaram nos últimos anos, seja na esfera municipal, estadual ou federal", argumentou.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo

luiazedo.df@dabr.com.br



Gilmar Mendes blinda ministros do Supremo e provoca forte reação do Congresso

A decisão monocrática de Gilmar Mendes, que restringe à Procuradoria-Geral da República a legitimidade para apresentar denúncias por crimes de responsabilidade contra ministros do Supremo Tribunal Federal, não é um episódio isolado. Ela se inscreve numa longa trajetória de expansão da autoridade judicial sobre o sistema político. Esse fenômeno foi analisado pelo falecido sociólogo Luiz Werneck Vianna, que identificou, desde os anos 1990, a formação de um novo canal de organização política da sociedade no qual o Direito não apenas regula conflitos, mas ocupa, historicamente, funções que em outros países caberiam aos partidos, ao parlamento e à sociedade civil organizada.

Em *Corpo e alma da magistratura brasileira* (1997) e *A judicialização da política e das relações sociais no Brasil* (1999), Werneck demonstrou que a Constituição de 1988 ampliou competências do Judiciário, criou direitos e estabeleceu mecanismos de controle que transferiram para as cortes superiores uma porção crescente da vida pública. O STF deixou de ser um intérprete final da Constituição para se tornar um ator político estruturante, responsável por arbitrar desde políticas públicas até conflitos federativos, temas morais e impasses institucionais.

A decisão de Gilmar Mendes de ontem reforça essa tendência, que se aprofundou nas últimas décadas: o Judiciário decide sobre os limites de sua própria responsabilização e condiciona o funcionamento dos demais Poderes. O ministro atendeu ao pedido do procurador-geral da República (PGR), Paulo Gonet, para quem a abertura indiscriminada de pedidos de impeachment contra ministros poderia se transformar em mecanismo de intimidação, gerar insegurança jurídica e constranger a independência dos juízes. Ou seja, monopolizou os pedidos.

Sim, há uma preocupação real com a crescente hostilidade dirigida ao STF por grupos organizados, em especial após 2013, a Lava Jato e os episódios golpistas de 2022, que agora reverbera no Congresso. É anabolizada por deputados e senadores de oposição. Do ponto de vista institucional, porém, se a decisão reafirma a autoridade do Supremo como guardião da ordem constitucional, por outro lado, reinterpreta normas existentes e restringe mecanismos de accountability. A expressão em inglês, conceitualmente, vai além da responsabilidade, abrange a obrigação de prestar contas, agir com transparência e ser responsável por resultados.

É por isso que a reação do Congresso foi imediata. Seu presidente, senador Davi Alcolumbre (União-AP), classificou a decisão como tentativa de "usurar prerrogativas do Legislativo", em colisão com o princípio da separação dos poderes. Senadores como Eduardo Braga (MDB-AM), aliado do governo, e Rogério Marinho (PL-RJ), líder de oposição, ampliaram as críticas e alertaram para o risco de crise institucional. A lei que permitia aos cidadãos e parlamentares denunciarem ministros é de 1950; por isso, a nova interpretação provocou o incômodo do Parlamento diante da reconfiguração do equilíbrio entre os Poderes, com decisões judiciais que se sobreponem ao processo legislativo.

Duas éticas

Werneck Vianna antecipou esse tipo de conflito ao analisar a "despolitização da política": o esvaziamento das instâncias tradicionais de deliberação e a migração contínua de demandas sociais para o campo judicial. Quanto mais frágil o sistema partidário e mais incapaz o Legislativo de formular consensos duráveis, maior o espaço aberto para o Judiciário assumir funções decisórias. Essa sobrecarga funcional gera, inevitavelmente, tensões. O que vemos agora é o Legislativo tentando recuperar um território que, na prática, cedeu ao Judiciário ao longo de mais de três décadas, por omissão em relação à legislação complementar à Constituição de 1988.

O caso atual envolve o próprio STF. Ao exigir que apenas o procurador-geral da República possa denunciar ministros e ao elevar para dois terços o quórum de abertura de processo, a Corte endurece as barreiras contra iniciativas politicamente motivadas — mas também reforça a percepção de que age em defesa de si mesma. A legitimidade do Judiciário repousa, em boa medida, na sua capacidade de preservar o caráter republicano de suas decisões. Quando juízes parecem reinterpretar a lei para autoproteção, acabam por tensionar sua própria autoridade democrática. É o que estamos vendo.

Na verdade, esse processo é ambíguo: a judicialização tem aspectos positivos, como a defesa de direitos e o controle de abusos, porém, produz assimetrias políticas que podem fragilizar a representação popular. No contexto de muitas decisões polêmicas, como a de impor sigilo absoluto ao caso do Banco Master, o que já era visto como excesso de poder judicial tende a se intensificar e alimentar a insatisfação de setores do Congresso que veem no STF não apenas um árbitro, mas um protagonista político, capaz de redefinir as regras do jogo político sem negociação interinstitucional.

Polarização, impeachments, prisões de ex-presidentes e mobilizações antidemocráticas, a tensão entre os poderes é um caldeirão efervescente. Desnuda o conflito permanente entre as dimensões republicana (regras, controles, imparcialidade) e democrática (participação, representação) na política brasileira, entre a ética da responsabilidade e a ética das convicções, fricção permanente da democracia.

REELEIÇÃO

TCU reconduz Vital do Rêgo ao cargo

» IAGO MAC CORD

AntonioLeal/TCU



Em seu discurso de posse, Vital do Rêgo agradeceu o apoio unânime dos colegas do TCU

Os ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) reelegeram, ontem, por unanimidade, o presidente Vital do Rêgo para exercer um mandato de mais um ano à frente da Corte de Contas. Na mesma sessão plenária, o ministro Jorge Oliveira foi reeleito para o cargo de vice-presidente.

A posse dos reeleitos ocorreu imediatamente após a votação, na mesma sessão do TCU. O novo período de exercício do mandato começa em 1º de janeiro do ano que vem. Em seu discurso de posse, Vital do Rêgo agradeceu o apoio "unânime" dos colegas.

"Receber essa aprovação unânime certamente nos dá uma responsabilidade cada vez maior em cumprir expectativas que os senhores tiveram sobre nós e renovam agora", disse. Ele também ressaltou o apoio que recebe de seu vice e dos membros e servidores do Tribunal.

A sessão de coleta e apuração dos votos foi presidida pelo ministro Benjamin Zymler e estavam presentes a procuradora-geral do Ministério Público junto ao TCU (MPTCU), Cristina Machado, e os ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Antônio Anastasia, Jhonatan de Jesus e Walton Alencar Rodrigues, além dos ministros-substitutos Augusto Cavalcanti e Weder de Oliveira.

Em seu perfil no Instagram, o presidente reeleito afirmou que "com a graça de Deus e a confiança

unânime de meus colegas ministros, fui hoje reconduzido à Presidência do TCU para a gestão de 2026".

Os ministros

Natural de Campina Grande, na Paraíba, Vital do Rêgo é formado em medicina pela Universidade Federal da Paraíba e em direito pela Universidade Estadual da Paraíba. Antes de integrar o TCU, após indicação do Senado Federal

em 2014, exerceu diversos cargos políticos, tendo sido vereador, deputado estadual e federal, além de senador da República.

Jorge Oliveira, por sua vez, é natural do Rio de Janeiro. Bacharel em direito e em administração de segurança pública, possui especializações em direito público e ciências políticas. Ele foi ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.